

## CARTA DE FORTALEZA

Aos Governadores do Nordeste.

Nós, Secretários e Dirigentes de Órgãos Estaduais de Cultura do Nordeste, reunidos na cidade de Fortaleza-CE, no dia 24 de maio de 2007, com o objetivo de construir uma agenda regional de atuação, reafirmamos o nosso entendimento do papel fundamental da cultura como bem simbólico, base do desenvolvimento regional sustentável e direito fundamental de cidadania.

Reconhecemos, ainda, o acerto do processo de construção da Política Nacional de Cultura, baseado na democratização do acesso aos bens e serviços culturais, assim como a importância do Sistema Nacional de Cultura para a articulação equilibrada dos entes federativos. No entanto, alertamos para a urgência da construção plena do sistema e a promoção da adequada distribuição dos recursos públicos, de forma a contribuir para a superação das desigualdades regionais também no plano da cultura.

Como a cultura interage com as demais dimensões da vida social, consideramos de vital importância a articulação da política cultural de Estado com as demais políticas públicas, em especial as políticas de educação, meio ambiente, turismo e ciência e tecnologia. Igualmente, emana dessa transversalidade da cultura a sua efetiva cooperação com as instituições da sociedade que desenvolvem ações com natural repercussão no campo simbólico e na esfera dos valores.

A compreensão de que o Nordeste apresenta uma forte identidade cultural, traduzida nas mais diversas formas de expressão, impõe aos gestores públicos a necessidade de desenvolver uma política cultural de dimensão regional capaz de contemplar a preservação, a produção, a formação, a difusão e a distribuição de bens e serviços culturais, envolvendo, pelo menos:

- a elaboração e implementação de calendário regional;
- a circulação regional das diversas formas de expressão cultural características dos Estados nordestinos;
- a implementação de ações efetivas para a disseminação do livro e da leitura, como ferramenta fundamental da formação;
- a construção de uma rede nordestina de televisões públicas, formada a partir das TVs estaduais.

Ressaltamos, por fim, a importância da mobilização das bancadas parlamentares da Região no Congresso Nacional, para a aprovação da PEC 150/2003 - que prevê a vinculação constitucional, para a cultura, de recursos de, no mínimo, 2% para a União, 1,5% para os Estados e 1% para os Municípios – o que assegurará os recursos necessários ao desenvolvimento das políticas nacional, estaduais e municipais de cultura, a manutenção do Sistema Nacional de Cultura e, em última instância, possibilitará o acesso da sociedade nordestina, de forma permanente, aos elementos constitutivos de sua identidade e a sua inserção ativa no processo de construção da cidadania do povo brasileiro.

Fortaleza, 24 de maio de 2007.

Secretário de Estado da Cultura de Alagoas

Secretário de Cultura da Bahia

Secretário da Cultura do Ceará

Sub-Secretária de Cultura da Paraíba

Presidente da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco

Presidente da Fundação Cultural do Piauí

Presidente da Fundação José Augusto do Rio Grande do Norte

Secretário da Cultura de Sergipe